



## Políticas públicas em assentamentos rurais no sul do Amazonas: Projeto de Assentamento Matupi

*Public Policy in rural settlements in the south of the Amazon: Settlement Project Matupi*

Seção Temática: 6. Políticas Públicas

SOUZA, Aline Lessa<sup>1</sup>; SILVA, Viviane Vidal<sup>2</sup>; SILVA, Tatiana Acácio<sup>3</sup>

1 Engenheira Ambiental, Universidade Federal do Amazonas [alinelessa.eng@gmail.com](mailto:alinelessa.eng@gmail.com); 2 Profa. Dra. - Universidade Federal do Amazonas, [silvavv@gmail.com](mailto:silvavv@gmail.com); 3 Graduanda em Engenharia Ambiental – Universidade Federal do Amazonas, [tatianaacacio1909@gmail.com](mailto:tatianaacacio1909@gmail.com)

### Resumo

A implantação de políticas públicas em assentamentos contribui para a permanência das famílias no campo gerando o desenvolvimento rural. Torna-se necessário identificar as principais áreas de atuação das políticas públicas implantadas no PA Matupi. Foram realizadas pesquisas em sites como do Instituto de Colonização e Reforma Agrária e no Ministério de Desenvolvimento Agrário, visitas a órgãos como o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Sustentável do Amazonas – IDAM, Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas – IDESAM e Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Os agricultores possuem acesso a crédito via PRONAF e políticas voltadas à infraestrutura como o Programa Luz Para Todos. O Cadastro Ambiental Rural vem contribuindo para a conservação do meio ambiente neste assentamento. O aprimoramento de políticas voltadas para a educação e saúde nesta unidade contribuirá para o contínuo desenvolvimento do assentamento.

**Palavras-chave:** Reforma Agrária; Projetos de Assentamentos; Desenvolvimento Rural; Políticas Públicas.

**Abstract:** The implementation of public policies on land reform areas contributes to the permanence of the families in the field generating rural development. Thus it is necessary to identify the main areas of focus of public policies implemented in PA Matupi, identifying the programs, actions and activities related to these units. To achieve these goals, surveys were conducted via the network computer internet on sites such as the Institute for Colonization and Agrarian Reform and the Ministry of Agrarian Development, being held visits to organs such as the Agricultural Development Institute and Sustainable Amazonas - IDAM, Institute of Sustainable Development of Amazonas - IDESAM and Institute for Colonization and Agrarian Reform - INCRA. Farmers of this settlement have access to credit through PRONAF infrastructure and the policies directed to the Program Light for All. The Rural Environmental Registry has contributed to the conservation of the environment in these settlements. The improvement of policies for education and health in these units will contribute to the continued development of these settlements.

**Keywords:** Agrarian Reform; Settlement Projects; Rural Development; Public Policy.



### **Introdução**

Pesquisar projetos de assentamentos rurais de reforma agrária na Amazônia brasileira é certamente um evento de suma importância, visto que é nesta região que se encontra cerca de 55% dos lotes distribuídos pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, um número bastante elevado para o índice populacional desta região (Le Tourneau & Bursztyn, 2010).

A questão agrária encontra-se fortemente relacionada às políticas públicas, pois estas, são quase sempre responsáveis pelo desenvolvimento e qualidade de vida do meio rural (NETO, 2012). As ações das políticas públicas fundiárias e de reforma agrária fundadas no objetivo da redução da pobreza e a desigualdade social apenas trarão efeitos positivos em um contexto econômico favorável à produção da agricultura familiar. Nesse aspecto, o desenvolvimento dos assentamentos depende significativamente de políticas públicas para o meio rural, com a implementação de assistência técnica, instalação de infraestrutura e de habitação nessas propriedades, contribuindo para o contínuo desenvolvimento dos agricultores familiares na região amazônica.

Assim é necessário compreender como ocorreu a criação do Projeto de Assentamento Matupi nesta região e quais são as políticas públicas que procuram promover o desenvolvimento econômico social e ambiental nesta unidade, contribuindo para o sucesso da política agrária no país.

### **Metodologia**

O Projeto de Assentamento Matupi (PA Matupi) foi criado em 1992, no município de Manicoré, Amazonas e possui atualmente 372 famílias assentadas em lotes com extensão de 60 a 80 hectares (ha), possui uma área de 34.344 ha (SIPRA, 2014).

Criado através da resolução de nº 148 de 20 de junho de 1992, seu processo de ocupação efetivo da área iniciou-se em 1995. Está dividido em 538 lotes distribuídos em nove vicinais, sendo elas: Vicinal Nova Vida, Vicinal Bela Vista, Vicinal Matupi,



Vicinal Matupiri, Vicinal Boa Esperança, Vicinal Maravilha, Vicinal Triunfo, Vicinal Bom Futuro e Vicinal Santa Luzia.

Foram realizadas consultas ao Banco de Dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), onde foi possível levantar informações sobre o número de lotes, número de famílias assentadas, ano de criação e fase de implementação do assentamento.

Em visitas realizadas ao INCRA no município de Humaitá, foram levantadas informações, ações e políticas elaboradas para este assentamento. Além disso, foram realizadas visitas ao Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM), para levantamento de programas de assistência técnica e políticas públicas realizadas, Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM) e o escritório da Eletrobrás, todos no município de Manicoré.

De posse de todas essas informações foi possível realizar uma análise qualitativa das políticas públicas no PA Matupi, analisando seu contexto, conteúdo e processo e suas implicações para o desenvolvimento social, econômico e ecológico da região.

### **Resultados e discussões**

Em 1991 o governo de Itamar Franco lança o Projeto Programa da Terra, com objetivo assentar 81 mil famílias entre os anos de 1991 e 1994, que resultou a criação do PA Matupi. Nesta época o governo preocupado somente com o processo de colonização na região amazônica ocasionou grande exploração no meio ambiente. Nos dias atuais o governo busca promover o desenvolvimento econômico rural através de um desenvolvimento territorial sustentável, com isso foi lançado em 2008 o programa Território da Cidadania.

Em 2013, juntamente com o Governo Federal, o Território da Cidadania investiu políticas públicas voltadas para o desenvolvimento de agricultores rurais, com apoio



a atividades produtivas de Assistência Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária, Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamentos, Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar Plano Brasil Sem Miséria, Concessão de Créditos às Famílias de Assentados, dentre outras políticas.

No PA Matupi, a Unidade Avançada do INCRA/Amazonas iniciou atividades de ampliação do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES). A prestação do serviço de apoio à produção e organização social ocorre por meio de parceria entre o Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM) e o INCRA/AM (INCRA, 2014). As ações do Programa ATES visam contemplar questões sobre crédito rural, capacitação, organização rural, sistemas de produção, mercado e comercialização, meio ambiente. O IDESAM também vem enfatizando a importância da realização do Cadastro Ambiental Rural para os assentados do PA Matupi para que estes possam ter acesso às demais políticas públicas que são implementadas para moradores de áreas de reforma agrária.

Em se tratando de infraestrutura de acesso à eletrificação, no PA Matupi o fornecimento de energia se faz via termelétrica situada no Distrito de Santo Antônio do Matupi, através do Programa Luz para Todos. Esta política beneficiou seis das nove vicinais que compõe o PA, sendo: Maravilha, Bela Vista, Matupi, Matupiri, Nova Vida e Triunfo. A Vicinal Boa Esperança e Vicinal Bom Futuro estão em fase de instalação e, em relação a Vicinal Santa Luzia não se encontra no projeto de instalação uma vez que de acordo o INCRA esta vicinal nunca teve seus lotes oficialmente ocupados.

Quanto ao acesso aos serviços de educação e saúde foram construídos escolas e posto de saúde na vicinal Maravilha, entretanto não encontram-se em funcionamento, estando completamente abandonados (SILVA, 2012). Os estudantes deslocam-se do assentamento para a escola no Distrito de Santo Antônio do Matupi,



a gestão municipal do município de Manicoré dispõe do ônibus para o transporte destes alunos.

Visando o desenvolvimento das famílias assentadas e propiciando melhores condições de vida o INCRA promoveu acesso a créditos a 446 assentados no início da implantação do PA Matupi, créditos destinados à instalação, alimentação, fomento, habitação e PRONAF - A para o cultivo do cupuaçu e café. A equipe técnica do IDAM situada no Distrito de Santo Antônio do Matupi é responsável pelo acompanhamento das atividades a serem desenvolvidas pelos agricultores familiares do PA Matupi, uma vez que não basta apenas disponibilizar recursos para o desenvolvimento econômico desses produtores é preciso prestar assistência as suas atividades rurais a fim de obter uma maior lucratividade dos créditos fornecidos pelo governo.

### **Conclusões**

No Projeto de Assentamento Matupi (PA Matupi), é notória a necessidade de implantação de políticas públicas voltadas para o serviço básico de infraestrutura, o acesso à educação, saúde e escoamento a produção. A implantação destas políticas contribuirá para a permanência das famílias no campo, evitando a evasão neste assentamento. Quanto ao fornecimento de energia elétrica, este serviço vem sendo implantado de forma satisfatória, visto que na maioria das vicinais existentes no PA Matupi, já foram contempladas pela política pública Luz Para Todos do Governo Federal.

### **Referências bibliográficas:**

LE TOURNEAU, F. M. L; BURSZTYN, M. Assentamentos rurais na Amazônia: contradições entre a política agrária e a política ambiental. Campinas, v. 3, n. 2, p. 15-21, 2010.

NETO, A. O. C. Políticas Públicas nos assentamentos do município de Esplanada-BA: uma avaliação preliminar. In: Anais XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, Minas Gérias. 2012.



SILVA, V,V; Impactos das atividades produtivas na dinâmica da paisagem do Assentamento Matupi, estado do Amazonas. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, escola Superior de agricultura “Luiz de Queiroz”, Centro de Energia Nuclear na Agricultura. Piracicaba, 2012.

SIPRA - MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação, Brasília 2014.